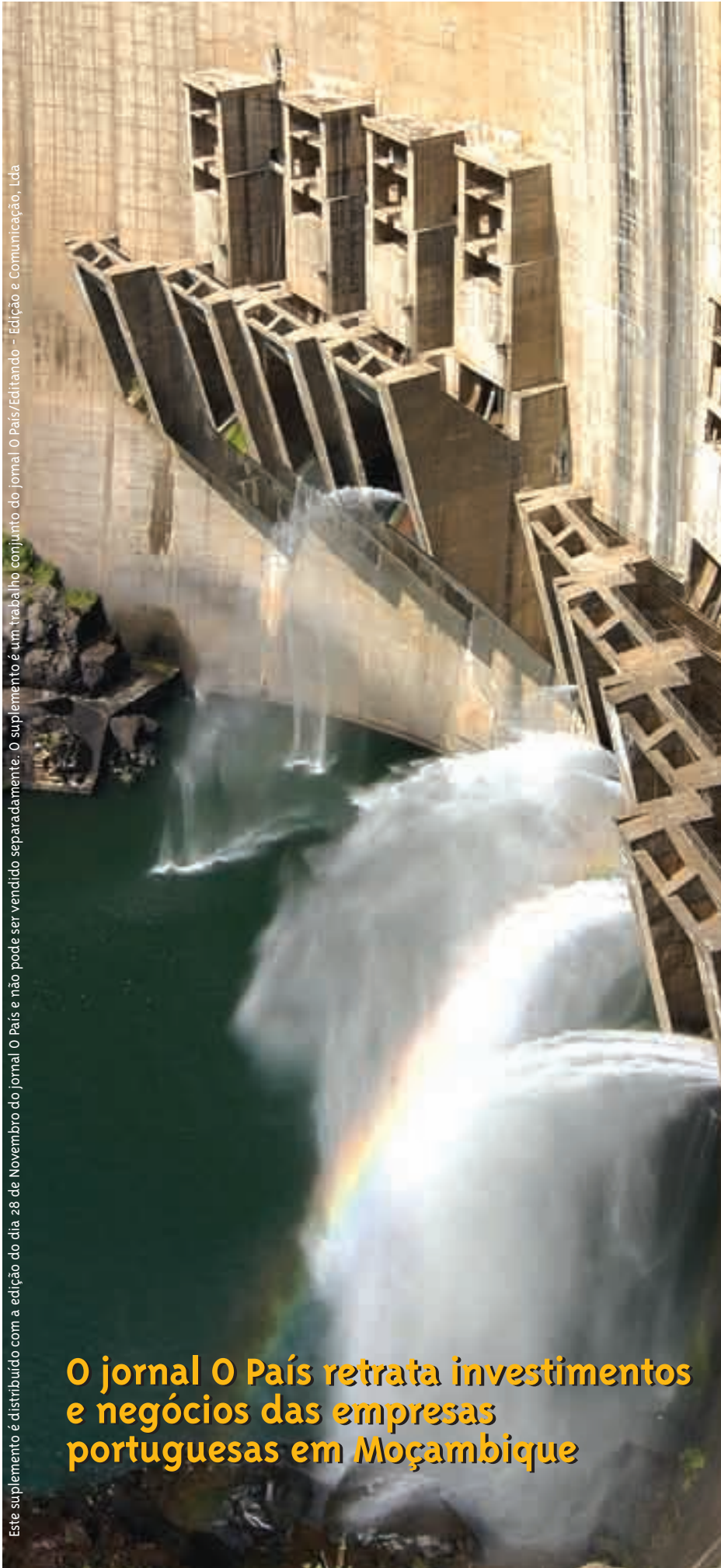


Moçambique e Portugal Fortalecem relações bilaterais



Este suplemento é distribuído com a edição do dia 28 de Novembro do jornal O País e não pode ser vendido separadamente. O suplemento é um trabalho conjunto do jornal O País/Edição e Comunicação, Lda

O jornal O País retrata investimentos e negócios das empresas portuguesas em Moçambique



Armando Guebuza e Aníbal Cavaco Silva, por altura da visita do chefe de Estado moçambicano a Portugal

Novas oportunidades de cooperação potenciam desenvolvimento

No dia em que se inicia a cimeira bilateral entre Moçambique e Portugal, em Lisboa, é importante referir o papel da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) no reforço de políticas de desenvolvimento conjuntas, com vista à dinamização dos mercados e ao crescimento das economias.

De acordo com as declarações à Lusa do secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, por ocasião da VIII Reunião de Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor Leste com a União Europeia, "África deve aproveitar a crise que os tradicionais países doadores atravessam para potenciar a cooperação continental e projectar o seu desenvolvimento".

As declarações revestem-se ainda de maior importância, se for considerada a crise económica em Portugal e que irá limitar os investimentos acordados entre países. No entanto, é preciso apostar no desenvolvimento conjunto das economias. E, tal como acrescenta Simões Pereira, "num momento em que paira a ameaça de reduzir os compromissos dos países doadores para o continente, África deve encarar a situação como uma oportunidade para capitalizar as suas próprias capacidades. Se houver mais cooperação de esforços, haverá mais oportunidades de desenvolvimento".

E Moçambique tem as condições necessárias para responder ao repto do crescimento económico.

É exemplo disso, o recém lançado Projecto da Linha de Transporte de Energia Tete-Maputo, para a construção da maior linha de energia do país, que está orçada em 1,3 mil milhões de euros. O empreendimento, que será financiado pelo estado moçambicano, pela Noruega e França e pelo Banco de Investimento Europeu, prevê a construção de 1400 quilómetros de alta voltagem, para o transporte de energia eléctrica a partir da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) e irá permitir acabar com a dependência energética em relação à África do Sul.



Energia

Portugueses investem nos biocombustíveis

pág. 6

Transportes

Infra-estruturas avançam no país

pág. 9

Construção

Novas acessibilidades dinamizam economia

pág. 12



Jeremias Langa
Director do jornal O País

Uma cooperação inevitável

Portugal vive, particularmente, um momento conturbado, com uma dívida soberana que se tornou incomportável e beliscou a confiabilidade do país aos olhos dos mercados. Portugal enfrenta um problema de austeridade, mas também o desafio de crescimento. As transformações económicas em curso no mundo mostram a necessidade dos empresários portugueses olharem de forma renovada para países como Moçambique. Só a visão, a inovação, a ousadia e o compromisso podem tirar Portugal deste colete de forças.

O nosso país tem uma das taxas de crescimento mais sólidas do conjunto das economias mundiais e crê-se que esta tendência se manterá nos próximos 20 anos. É, por isso, um destino apetecível para investimentos portugueses. A história, a cultura de que a língua é uma das maiores expressões, são condimentos que tornam ainda mais fortes os laços entre os dois países.

Sucedem que durante muitos anos, Portugal nunca teve África em conta na sua estratégia política externa. Os posicionamentos de Lisboa em relação a alguns assuntos com Maputo foram mesmo variáveis, distantes ou mesmo ambíguos. Nos últimos anos, os políticos das duas partes entenderam os ganhos de uma cooperação mútua. Sócrates e Guebuza relançaram uma cooperação mais genuína e mais fraternal entre os dois Estados, que outrora era mais palavras que actos. Hoje, o peso do investimento directo de Portugal em Moçambique colocou o país como o oitavo destino do investimento português no exterior e Portugal como segundo maior investidor no país, a seguir a África do Sul.

A reversão da HCB para a gestão moçambicana, há quatro anos, apagou ressentimentos e escancarou as portas que permitiram ampliar as relações empresariais entre Portugal e Moçambique.

Depois da reversão, mais empresas portuguesas instalaram-se em Moçambique, mas há potencial para muito mais. A diplomacia política permitiu o surgimento de iniciativas eminentemente empresariais. A Câmara de Comércio Moçambique-Portugal é disso exemplo. Ela surge para corporizar a chamada diplomacia económico-empresarial, para se afirmar como elemento facilitador e ampliador das relações entre os homens de negócio dos dois países, captando investimento para estimular as economias de parte a parte.

Depois da reversão, mais empresas portuguesas instalaram-se em Moçambique, mas há potencial para muito mais.

A diplomacia política permitiu o surgimento de iniciativas eminentemente empresariais. A Câmara de Comércio Moçambique-Portugal é disso exemplo. Ela surge para corporizar a chamada diplomacia económico-empresarial, para se afirmar como elemento facilitador e ampliador das relações entre os homens de negócio dos dois países, captando investimento para estimular as economias de parte a parte.

Moçambique pode afirmar-se como a porta de internacionalização das empresas portuguesas na África Austral

E os resultados começam a estar à vista de todos: Portugal foi o país estrangeiro mais expressivo na recente edição da Feira Internacional de Maputo, vulgo FA-CIM, com empresas dos mais variados ramos de actividade económica.

Moçambique vive o “boom” dos recursos energéticos. Por um lado, a cada dia, se descobrem grandes reservas de carvão e de gás, mas por outro há potencialidades adormecidas, menos vistosas nos números dos investimentos, mas tão importantes como o carvão e o gás. É o caso da agricultura, das energias alternativas, do turismo, da construção civil. Portugal tem um capital de experiência que devia empenhar nos países africanos e, em particular, em Moçambique. São todas elas áreas geradoras de renda e de diferencial social, nas pessoas, porque fortemente redistributivas. E esta é, de facto, a real necessidade de Moçambique.

Mas Moçambique pode não ser o fim em si mesmo dos investimentos portugueses. A importância económica e política deste país ultrapassa as dimensões do país. Só uma visão regional atribui ao país a sua verdadeira relevância. Pela sua posição geo-estratégica e pelas suas relações históricas, Moçambique pode afirmar-se como a porta de internacionalização das empresas portuguesas na região Austral de África, nomeadamente com a África do Sul. Como principal parceiro económico externo moçambicano, a África do Sul possui vantagens competitivas interessantes para os empresários portugueses.

Mas também Moçambique pode ser a plataforma para Portugal chegar à Zâmbia, à República Democrática de Congo e a outros países da região Austral de África.

Para além do plano regional, há o da Comunidade da Língua Portuguesa. A CPLP foi criada para fortalecer laços histórico-culturais, mas também fortalecer a cooperação económico-empresarial. O volume global das exportações dos países desta comunidade é de cerca de 200 biliões de dólares; e o das importações de cerca de 180 biliões de dólares;

Contudo, o comércio entre todos eles apenas totaliza cerca de 3 biliões de dólares, ou seja, menos de 1% do respectivo comércio global, prova de que o processo de integração nesta comunidade ainda é um longo caminho a percorrer.



“Moçambique é um mercado essencial para as empresas portuguesas”

A assertividade de Paulo Portas, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, durante a visita que realizou a Moçambique poucos dias depois de tomar posse, é bem elucidativa da importância do reforço das relações económicas entre os dois países para o futuro da internacionalização das empresas portuguesas, num quadro de asfixia do mercado doméstico. Este repto para a intensificação dos fluxos de comércio e investimento assenta nas salutares relações institucionais entre ambos os países, na herança histórico-cultural mas, acima de tudo, ao foco estratégico de Moçambique no desenvolvimento de infra-estruturas que permitam maior integração no espaço regional, maior diversificação económica e promoção de investimentos em áreas de actividade catalisadoras das exportações, como é o caso do *cluster* agro-alimentar e da energia.

Actualmente, o peso do comércio com Moçambique ainda é pouco significativo na estrutura das exportações portuguesas de bens e serviços (0,4% do total e 27º cliente), como afirmou o próprio primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, quando se encontrou com Armando Guebuza, presidente de Moçambique, em Nova Iorque, por ocasião da Assembleia-Geral das Nações Unidas. E, por isso, mesmo, se agendou, para 28 e 29 de Novembro uma Cimeira bilateral, a realizar em Lisboa, com o objectivo de fomentar os laços empresariais entre Portugal e Moçambique.

A verdade é que a tendência de crescimento das exportações portuguesas de bens e serviços para Moçambique tem vindo a consolidar-se desde 2006, mas, desde 2009, que se verifica uma aceleração, que permite superar a fasquia dos 200 milhões de euros. Em média, as exportações portuguesas cresceram anualmente 20,1%, entre 2006 e 2010, enquanto as importações

cresceram a uma média anual de 4%.

Máquinas e aparelhos (33% do total e um crescimento de 41% em 2010) e metais comuns (11%) são preponderantes nas vendas de Portugal a Moçambique e, conjuntamente com a celulose, produtos alimentares, químicos, plásticos e borrachas, representam $\frac{3}{4}$ das exportações. Refira-se que, em 2010, além do forte incremento das vendas de máquinas e aparelhos, os metais comuns quase duplicaram as vendas e os plásticos e borrachas aceleraram 30%.

No universo dos países lusófonos, Moçambique surge como o quarto mercado cliente, a seguir a Angola, Brasil e Cabo Verde, mas a evolução evidencia que, de 2009 para 2010, Moçambique ganha importância, em termos do comércio de bens (+25%), mas sobretudo nas transacções de serviços (+44,5%), com destaque para as viagens e turismo e serviços financeiros.

Já em 2011, entre Janeiro e Setembro, as exportações de Portugal para Moçambique aceleraram 41% em termos homólogos, bem acima da média de crescimento de 16% e correspondendo a um acréscimo de 45 milhões de euros no final do terceiro trimestre, aproximando-se do valor das exportações portuguesas para Cabo Verde, que, no mesmo período, diminuíram cerca de 5 milhões de euros, para os 193 milhões de euros.

Relativamente às importações, o ano de 2011 tem evidenciado um claro ascendente do valor de bens oriundos do Brasil (+63,7%) e de Moçambique (39,6%), o que estará associado à melhoria dos preços internacionais das matérias-primas energéticas e alimentares, que dominam a carteira de bens importados daqueles países. Apesar da alteração do perfil das exportações moçambicanas (ver caixa), Portugal continua a privilegiar bens alimentares e agrícolas, de menor intensidade tecnológica, como açúcares (53,6%) e crustáceos (36,7%). ■ FÁTIMA AZEVEDO

94 Milhões

de Euros para apoiar o
Investimento Português
em Moçambique



InvestimoZ

Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique

O InvestimoZ é um Fundo criado pelo Estado Português para apoiar o investimento promovido por empresas portuguesas e seus parceiros em Moçambique. As modalidades de financiamento incluem a tomada de capital e o empréstimo para participações em empresas moçambicanas.

Para mais informações,
consultar legislação sobre
o Fundo em www.sofid.pt:

- Decreto-Lei 42/2010
- Portaria 815/2010

www.sofid.pt
Av. Casal Ribeiro, 14 - 4º, 1000-092 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 313 77 60 • Fax: +351 21 313 77 79 • E-mail: sofid@sofid.pt

 **SOFID**
Financiamos a Internacionalização

Privados aproveitam mar de oportunidades

Os investimentos na indústria extractiva estão a ganhar gás. África do Sul, Portugal, Brasil e China são investidores fortes e Moçambique pode, a breve prazo, transformar-se no líder mundial das exportações de alumínio

Duas centenas de empresas portuguesas têm participações de capital em Moçambique e, de acordo com o CPI, os projectos aprovados em 2011 indicam um investimento de 33,5 milhões de dólares por parte de grupos ou empresas oriundas de Portugal, sendo o maior investimento da responsabilidade da Portucel, que se prepara para avançar com a primeira fase de um projecto de 2,3 mil milhões de dólares (ver texto na pág 16).

Outros projectos com relevo para as empresas portuguesas estão associados aos mega-projectos da indústria extractiva, nomeadamente no Moatize. Atendendo à necessidade de transportar o carvão por via ferroviária, está na recta final o processo de constituição de uma empresa luso-moçambicana, participada pela Efacec e pela Visabeira, para o fabrico de vagões ferrovi-

ários. Estes exemplos evidenciam o interesse de Portugal em intensificar o investimento directo em Moçambique, apesar do contexto difícil em termos de mercado doméstico que ditou a saída de projectos emblemáticos como o financiamento da ponte Maputo-Katembe, no valor de 500 milhões de euros, que foi aproveitado pelos chineses.

As expectativas são optimistas, não apenas porque, até 2013, deverão entrar em funcionamento cinco minas de carvão, mas também porque haverá reservas adicionais em Moatize que podem aumentar significativamente a capacidade produtiva. Na verdade, os estudos realizados pela australiana Beacon Hill, que explora 100 mil toneladas/ano, indiciam a possibilidade de aumentar a capacidade produtiva, associando a exploração de uma mina a céu aberto, para 2 milhões de toneladas. Por sua vez as prospecções, em Tete, da

japonesa Nippon Steel antecipam reservas de 2,1 mil milhões de toneladas. Noutra parceria, os australianos da Riversdale e os indianos da Tata visam produzir 20 milhões de toneladas/ano. Com estes projectos, o peso do sector mineiro no PIB deverá passar de 5 para 12,5%.

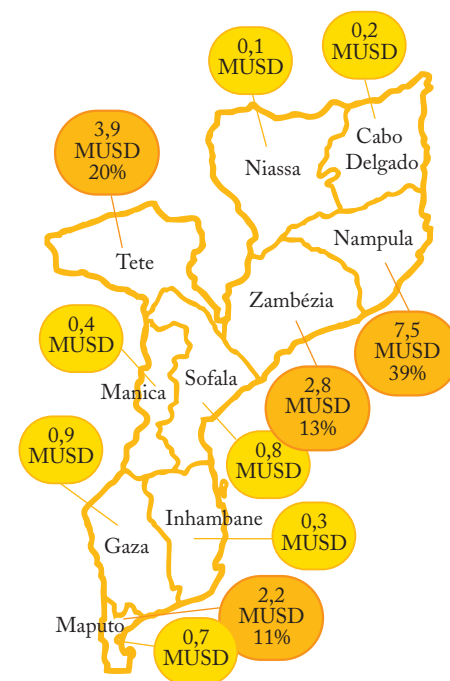
MINÉRIOS EM ALTA

Os minerais moçambicanos são preciosos para o mercado internacional, caracterizado por uma aceleração da procura no seio de um paradigma energético (ainda) muito dependente das fontes fósseis. A “princesa do Índico” ambiciona um desenvolvimento sócio-económico alimentado pela aceleração das receitas de exportação associadas aos mega-projectos da indústria extractiva, que já representam 10% do PIB. Em 2010 estavam concedidas 105 licenças de prospecção e pesquisa de carvão, mas os principais contratos e licenças de concessão envolvem a Riversdale, da Austrália, e a Tata, da Índia, para a exploração de uma mina de carvão em Benga, na província do Tete, representando um investimento de 800 milhões de dólares e uma capacidade de produção anual de 20 milhões de toneladas, devendo arrancar já este ano, enquanto os brasileiros da Vale têm uma licença, válida até 2029, para produzir 40 milhões de toneladas de carvão por ano, que, em grande medida, terá por destino o abastecimento da indústria siderúrgica em terras de Vera Cruz. Curiosamente, o Brasil não surge entre os principais investidores estrangeiros, porque o investimento da Vale foi feito a partir da Suíça. Na bacia do Moatize, cujas reservas de carvão estão estimadas em 2,4 mil milhões de toneladas, a multinacional Vale planeia desenvolver uma central eléctrica, com uma capacidade de 1 500 MW. Até 2014, o objectivo é produzir 26 milhões de ton/ano de carvão bruto, dos quais 11 milhões de ton/ano são para exportação.

Em Benga, o modelo de negócio aponta para uma produção exponencial, passando de 2 milhões de toneladas no arranque (2011) para 20 milhões de ton/ano de carvão bruto, dos quais 10 milhões de ton/ano de carvão exportável, em 2016. Tal como em Moatize, está prevista uma central eléctrica com capacidade de gerar 2 mil MW.

Da mesma forma que partilham o objectivo de ampliar a produção de electricidade, os dois projectos podem impulsionar outras actividades, como o fabrico de cimento e a construção de infra-estruturas,

Nampula e Tete atraíram 60% do IDE entre 2000 e 2010



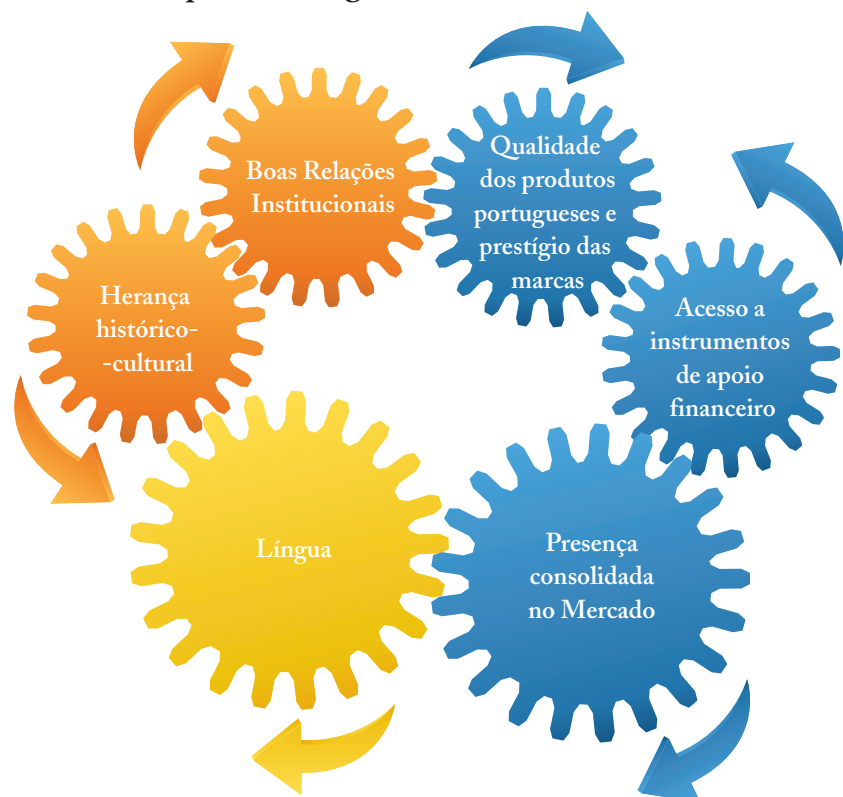
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Entre 2000 e 2010 foram aprovados 1173 projectos de investimento estrangeiro em Moçambique, num total de 19,3 mil milhões de dólares, que terão criado 137 mil empregos directos, de acordo com o Centro de Promoção do Investimento (CPI). Portugal lidera o ranking dos países com investimento em Moçambique.

Os recursos minerais, energéticos e agrícolas alimentam cerca de ¾ do IDE dirigido a Moçambique, o que, em termos regionais, traduz um ascendente das províncias de Nampula (39% do total), Tete (20%) e Zambézia (12,8%).

O dinamismo dos investimentos, associados às infra-estruturas, é uma janela de oportunidades para as empresas portuguesas

Trunfos das Empresas Portuguesas



como são os casos da linha de Sena ou do porto da Beira, sendo o Corredor de Nacala, com a sua linha ferroviária e o porto de águas profundas, um elemento central no processo de desenvolvimento de Moçambique.

O dinamismo dos investimentos associados às infra-estruturas, nomeadamente as de suporte aos projectos-âncora, é uma janela de oportunidades para as empresas portuguesas, cuja qualidade reconhecida em termos de competências, produtos e serviços, e a sólida presença de mercado se associam a outros trunfos decisivos, como a herança histórico-cultural, a língua e as boas relações institucionais.

■ FÁTIMA AZEVEDO

ESTAMOS SEMPRE CONSIGO! * CONSULTE-NOS.

ALUGUER DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO **CONSTRUCTION PLANT HIRE**

DISPONÍVEL TODO O TIPO DE EQUIPAMENTOS
DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

Desde 1999 que trabalhamos em Moçambique, estamos em todo o país garantindo o aluguer de equipamentos pesados e prestação de serviços no apoio à construção civil, estradas, minas, pontes, empreendimentos agrícolas, indústrias, transportes especiais, entre outros.

EQUIPAMENTOS

- **AUTO-BETONEIRA**
- **BULLDOZERS**
- **CAMIÃO BASCULANTE**
- **CAMIÃO CISTERNA DE ÁGUA**
- **CAMIÕES COM GRUA**
- **CAMIÃO TRACTOR**
- **CILINDROS**
- **EMPILHADORAS**
- **ESCAVADORA DE RASTOS**
- **GRUAS TELESCÓPICAS**
- **GRUAS TORRE**
- **MOTO-NIVELADORA**
- **PÁ CARREGADORA**
- **PORTA MÁQUINAS**
- **RETRO-ESCAVADORA (TLB'S)**
- **MINI CARREGADORAS**
- **VEÍCULOS DE ASSISTÊNCIA**

ESTALEIROS

- **MAPUTO-1**
- **MAPUTO-2**
- **BEIRA**
- **TETE**
- **NACALA**
- **PEMBA**



ServiTrade
Serviços, Investimentos e Trading



Servitrade - Serviços, Investimentos e Trading, Lda
Av. Amilcar Cabral, 333
Machava-Matola, Moçambique

T. +258 21 75 21 21 / 2 • F. +258 21 75 21 23
Tlm. +258 823 179 020 / 823 025 877

www.gruposervitrade.com

Na rota dos biocombustíveis

Com um terreno e uma exploração propícia ao desenvolvimento da indústria de biocombustíveis, Moçambique pode tornar-se um importante *player* neste sector a nível internacional. O país conta com a ajuda da Galp Energia que já tem em marcha um programa tecnológico de investigação e desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração

A flutuação dos preços de petróleo no mercado internacional, a necessidade de assegurar uma alternativa viável à utilização dos combustíveis fósseis (recursos naturais não renováveis), a redução de emissões de gases de estufa para proteger o ambiente e a mitigação das preocupações com a segurança energética têm feito com que, nos últimos anos, os governantes mundiais se tenham comprometido com algumas políticas e programas que incentivam ao uso de biocombustíveis.

Por exemplo, em 2007, a União Europeia aprovou uma directiva que determina a utilização de pelo menos 10% de energias renováveis, incluindo biocombustíveis, no sector dos transportes até 2020, e 20% na matriz energética total. Em 2009, Portugal e Espanha adoptaram uma medida que visa a obrigatoriedade de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis rodoviários, no espaço de dois anos. Já este ano Moçambique, Brasil e a União Europeia (UE) iniciaram formalmente a Cooperação para o Desenvolvimento de Projectos Sustentáveis de Biocombustíveis, no qual se prevê a elaboração de um mapa de bioenergia em Moçambique, com o propósito de avaliar o potencial deste recurso no país, que tem actualmente em curso mais de 30 projectos de produção de biocombustíveis, num investimento total de mais de 100 milhões de USD.

Moçambique tem grandes potencialidades para se tornar um importante exportador mundial de biocombustíveis, basta que desenvolva a produção de algumas matérias-primas que tem ao seu dispor, tais como a mandioca, o milho, a mapira doce, o girassol, a cana-do-açúcar ou a jatropha (mais conhecida em Portugal por purgueira). Culturas que apresentam um maior potencial de redução de emissões e que também são mais promissoras do ponto de vista económico.

No entanto, a escassez de estudos científicos sobre esta matéria tem atrasado alguns processos e investimentos.

A grande maioria dos investimentos internacionais em biodiesel estão a ser canalizados para o desenvolvimento de plantações de jatropha, o que afasta o mito de que o cultivo desta planta em grande escala provoca o empobrecimento dos solos.



GALP ENERGIA COM PROJECTO ARROJADO

Um desses investimentos está a ser realizado pela Galp Energia, uma das empresas portuguesas que exploram os biocombustíveis em Moçambique, através da sua participada Moçamgalp, uma empresa moçambicana detida 50% pela Galp, 49% pela Ecomoz e 1% pela Petromoc.

Na verdade, há muito que a Galp Energia vem piscando o olho ao mercado moçambicano. Por isso não é de estranhar que, nos últimos três anos, este operador integrado de petróleo e gás português tenha investido alguns milhões na exploração e produ-

ção de biocombustíveis neste país, propício e acolhedor ao desenvolvimento deste tipo de indústria. Trata-se de um projecto inovador, competitivo e sustentável que visa a produção de biodiesel de 2ª geração a partir de óleo vegetal da jatropha, uma planta que pertence à família da Eurphorbiacea, que não é cultivada na Europa e que tem um rápido crescimento, podendo atingir até seis metros de altura.

O projecto envolve várias partes, cabendo à Galp Energia o financiamento e o desenvolvimento da vertente agrícola, enquanto que à Petromoc e à Ecomoz pertence as ac-

ções de licenciamento do projecto, a aquisição do direito e uso de terras e as questões jurídicas e legais para a sua implementação. O projecto, que terá um impacto ambiental e socio-económico positivo em Moçambique, está a ser posto em prática nas províncias de Manica e Zambézia, num investimento inicial avaliado em mais de 19 milhões de USD.

Evolução do projecto

Anos	Plantação Própria (ha)	Produção de óleo (ton.)
2010	750	
2011	2 000	
2012	7 000	1 375
2013	13 000	4 500
2014	19 000	10 000
2018/2019	50 000	50 000

A Galp começou por fazer o levantamento topográfico das regiões ideais para a plantação desta planta e avançou para o estudo do seu impacto ambiental. No total, já foram plantadas cerca de 960 mil plantas jatropha em duas áreas piloto que abrangem 750 ha. Em preparação estão mais 2 mil ha em Mocuba, na província de Zambézia, num espaço total de 10 mil hectares para cultivar. No entanto, a Galp pretende até 2019, superar uma área plantada de 50 mil ha, correspondentes a uma produção de óleo de 50 mil toneladas. Uma tarefa que não se avizinha fácil tendo em conta que em Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser comprada ou vendida, portanto tem de ser adquirida mediante um acordo.

PARCERIAS CRUCIAIS

Segundo divulgou a empresa portuguesa em comunicado, o projecto de investigação será co-financiado pela Fundo de Apoio à inovação/ADENE, em cerca de 50% dos investimentos elegíveis, que ascendem a 2 milhões de euros. O remanescente do investimento será suportado pela Galp Energia.

A Universidade de Évora, a Vicort, a Domingos Reynolds de Sousa, o Instituto Superior de Agronomia e o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) são parceiros da Galp Energia neste projecto, estando os trabalhos divididos em cinco etapas: o melhoramento de plantas e técnicas de produção, a colheita mecânica, a extracção do óleo, a valorização de subprodutos e o biodiesel.

“É um projecto exemplar de transferência de tecnologia e muito interessante para o IPP, que já desenvolveu vários projectos na área da bioenergia”, frisou à agência Lusa Joaquim Mourato, presidente daquele instituto politécnico, que contribui assim para que a Galp atinja os objectivos traçados pela União Europeia, em cada litro de combustível pelo menos 10 por cento de origem vegetal.

A comunidade académica moçambicana também é parceira do esforço de investigação e desenvolvimento que está a ser feito no sentido de tornar este projecto uma referência a nível internacional, tanto a nível do modelo económico, como no que diz respeito à sua sustentabilidade social e ambiental. ■ **ANDREIA SEGURO SANCHES**

DESCOBERTA DE ENORME DIMENSÃO

A segunda maior descoberta de gás natural efectuada pela Galp aconteceu, no mês de Outubro, em Moçambique, aquando da perfuração, mais profunda do poço Mamba South-1, onde foi encontrado um novo jazigo de idade Eocénica de boa qualidade que contém até 7,5 Tcf de gás natural, o equivalente a cerca de 2,7 mil milhões de barris. O poço vai continuar a ser perfurado até chegar a uma profundidade total de 5 mil metros. De acordo com o presidente da Galp, Manuel Ferreira De Oliveira, tudo aponta para que o início da produção se dê no final da presente década. Trata-se, sem dúvida, de uma descoberta que vem dar mais pujança aos investimentos realizados por esta empresa no país.



a **edp** é de novo o **número 1** no mundo

pelo 2º ano consecutivo fomos considerados a melhor empresa a nível mundial nos Índices de Sustentabilidade Dow Jones no setor elétrico



Quando o crescimento sustentável é encarado como uma prioridade, os resultados saltam à vista. Ao ser considerada, pelo 2º ano consecutivo, líder mundial do setor elétrico, a EDP volta a afirmar-se como um ativo de confiança e uma aposta de investimento segura. Daqui para a frente, o compromisso mantém-se: juntamente com os nossos colaboradores e stakeholders, continuar a trabalhar para que a sustentabilidade continue em primeiro.



Management of corporate environmental policies, strategic planning, information and performance of the EDP Group organizations.



Dar energia ao país

Uma das maiores necessidades de Moçambique é o acesso generalizado à energia. Esta é a aposta do Fundo de Energia de Moçambique (FUNAE), que privilegia os projectos baseados em energias renováveis

O FUNAE é uma instituição pública, com autonomia administrativa e financeira, que desenvolve a actividade em todo o território moçambicano. Tem como principais valias a prestação de apoio ou garantia do empréstimo financeiro a projectos de produção, distribuição e conservação de energia, com base em sistemas de aproveitamento de energias renováveis como a bioenergia, as mini-hídricas e os sistemas fotovoltaicos. Mas a actuação do FUNAE visa também a instalação de sistemas de distribuição de produtos petrolíferos em zonas rurais, a prestação de serviços de consultoria e assistência técnica, bem como a difusão e suporte de estudos e trabalhos de investigação sobre tecnologias de produção, distribuição e conservação de produtos energéticos. São vários os projectos financiados pelo FUNAE que se encontram em fase de desenvolvimento ou que já foram concluídos.

É o caso da mini-hídrica de Rotanda, localizada no distrito de Sussundenga, na província de Manica, cujas obras de construção ainda estão a decorrer. Esta infra-estrutura irá permitir a produção de 630Kw e será a principal fonte de produção de energia nesta zona do país.

As autoridades locais prevêem que a mini-hídrica irá catapultar o desenvolvimento do distrito a nível socio-económico, ao mesmo tempo que beneficiará áreas como a educação, a saúde ou mesmo a segurança. Este é um projecto que está avaliado em 2,2 milhões de euros.

Já nos distritos de Gorongosa, Púnguè e de Maringué estão a ser implementados projectos de electrificação, através de sistemas solares fotovoltaicos. A obra prevê a electrificação de escolas, centros de saúde, postos policiais, estabelecimentos comerciais, entre outras infra-estruturas. Estima-se que as obras abranjam 254 famílias, para além de proporcionarem me-

lhores condições de funcionamento em sectores como a saúde e a educação, a par com o desenvolvimento económico associado à utilização da electricidade.

ESTUDOS E LEVANTAMENTOS ENERGÉTICOS

O conhecimento das potencialidades e das necessidades energéticas e mais concretamente das energias renováveis do país reveste-se de uma importância crucial, em especial quando se fala de impulso económico e de desenvolvimento de Moçambique.

Baseado nestas premissas, o FUNAE lançou o projecto de elaboração do “Atlas dos Recursos Renováveis”, um documento que visa identificar os locais com maiores potencialidades para a geração de energia, a partir de energias renováveis: solar, eólica, hídrica, biomassa, ondas, geotérmica e resíduos sólidos urbanos.

Para além de assinalar os locais de geração de energia, o atlas fará o estudo de viabilidade económica dos projectos e respectivo

dimensionamento, para a determinação do tipo de sistema de produção de energia a implementar em cada local. Este é um projecto realizado com fundos portugueses e que foi assinado entre o FUNAE e a Gesto Energia, SA, ao abrigo do Memorando de Entendimento assinado após a realização do Seminário de Energias Renováveis em Moçambique, em Março de 2010, aquando da visita oficial do Governo português ao país.

De acordo com Miguel Barreto, administrador da Gesto Energia, SA, “o mapeamento dos recursos renováveis em Moçambique está já a decorrer”. O levantamento irá permitir, para além da identificação e da definição de prioridades nesta área, a criação dos incentivos necessários à concretização dos projectos. O “Atlas dos Recursos Renováveis” foi assumido pelo Governo moçambicano como um dos passos fundamentais na estratégia para a energia.

Mas, para que seja possível a sua concretização, são necessários muitos e diversos meios humanos e materiais. A título de exemplo, estão a ser instaladas 35 estações meteorológicas para medição dos recursos eólicos e solares, em todo o território.

Esta é uma das muitas oportunidades que o país oferece, dada a sua riqueza em recursos naturais, pelo que a forte aposta e conhecimento de Portugal nas energias renováveis, coloca as empresas portuguesas numa posição privilegiada no apoio ao aproveitamento do potencial renovável de Moçambique.

■ PAULA GIRÃO

Tudo o que fazemos
é Seguro



Sede: Av. Kenneth Kaunda, 518
Tel.: +258 21 485 020/2
Fax.: +258 21 488 760
Cel.: +258 84 324 2570
+258 82 305 5141
mcs@mcs.co.mz

Maputo: Av. Julius Nyerere nº768 R/C
Tel.: +258 21 492 045
Fax.: +258 21 492 053
Cel.: +258 84 398 9316
balcaojnyerere@mcs.co.mz

Beira: Centro Bulha, Loja 3 R/C Rua Major Serpa Pinto
Tel.: +258 23326805
Fax.: +258 23326823
Cel.: +258 823865010
balcaobeira@mcs.co.mz



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Transportar o futuro

Nos últimos três anos, Moçambique investiu mais de mil milhões de dólares em infra-estruturas de transporte, estratégia que se prolongará até 2014

As infra-estruturas de transporte são um dos pilares dos modelos de desenvolvimento das sociedades. Em Moçambique, melhorar a mobilidade e a conectividade com o exterior envolve investimentos acima dos 3 biliões de dólares.

As próximas prioridades são a ampliação e modernização dos principais portos (Maputo, Beira, Quelimane e Nacala), a reabilitação de portos secundários e terciários (Xai-Xai, Inhambane, Macuzi, Muebaze, Pemba ou Mocimboa da Praia) e a construção de um porto de águas profundas em Techobanine, a sul da capital. No transporte ferroviário, os investimentos estratégicos envolvem a expansão da linha do Sena, a reabilitação da linha de Nacala e o desenvolvimento da linha Norte-Sul. No que respeita às infra-estruturas aeroportuárias, os investimentos são orientados para Maputo, Pemba, Nacala, Tete, Beira e Nampula.

Para além dos apoios financeiros de instituições multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimentos ou o Banco Africano para o Desenvolvimento, e das linhas de crédito protocoladas com parceiros como Portugal, Brasil, China ou Índia, os montantes envolvidos implicam, naturalmente, a participação do sector privado (inclusive em regime de parceria público-privada), na medida em que os recursos públicos têm de ser repartidos pelas diferentes prioridades do desenvolvimento. Aliás, os projectos de concessão, iniciados com a ponte de Tete, e previstos para os portos de Maputo, Beira, Quelimane e Nacala, podem ser alargados a outras áreas, como, por exemplo, aos aeroportos de Pemba, Tete e Nacala.

O ministro dos Transportes, Paulo Zucula,

já afirmou predisposição para recorrer às parcerias público-privadas como instrumento de aceleração dos projectos de obras públicas, que exige um esforço financeiro anual muito elevado.

Até aqui, as empresas de transporte de Moçambique são públicas, mas os recursos são concessionáveis ou mesmo privatizáveis, como já acontece nos portos e caminhos-de-ferro.

CAPITAL PRIVADO É BEM-VINDO

A localização estratégica, às portas do Índico, valoriza Moçambique, sobretudo se as suas infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias favorecerem o acesso ao mar dos países vizinhos sem linha de costa. Por isso é que os portos de Nacala, Beira e Maputo são elos de ligação ao mundo para o Malawi, Zimbabwe e nordeste da África do Sul, respectivamente. Esses autênticos "corredores" já avançaram na articulação dos caminhos-de-ferro com os portos, mas a rede rodoviária ainda carece de investimentos muito significativos.

No caso do Corredor de Nacala, que liga o Malawi ao porto moçambicano, a concessão foi contratualizada, em 2005, com a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN), resultante de uma parceria entre empresas locais com empresas americanas e portuguesas e moçambicanas. A concretização da ligação rodoviária, com mais de mil quilómetros, permitirá ligar Moçambique ao Malawi e Zâmbia. Por sua vez, o investimento no Corredor da Beira visa a ligação do Sena, da Beira a Moatize, que acolhe o mega-projecto do carvão, e ao Zimbawe. Os capitais privados marcam presença, com os indianos a investirem na ferrovia e os holandeses no porto.

Já os franceses Bouygues, através do con-



Portas seccionais industriais

Portas de enrolar industriais



Portas rápidas

Técnica de carga

Soluções Industriais Hörmann



Produtos Homologados e Certificados de acordo com a Norma Europeia EN 13241-1

A Hörmann oferece-lhe um programa único de Portas Seccionais, Portas de Enrolar, Portas Super Rápidas e Sistemas Industriais de Carga, bem como Portas Corta Fogo e de Correr. Tudo de um único fornecedor de experiência comprovada ao longo de muitos anos.

HÖRMANN
Portas e Automatismos



OUTROS PROJECTOS ESTRUTURANTES

No próximo quinquénio, o investimento na eletrificação deverá absorver mil milhões de dólares, estando planeadas novas centrais de produção de energia para Moamba, Mpanda Nkuwa, Cahora Bassa Norte, Lupata, Moatize e Benga. Por sua vez, a ligação e transmissão Centro-Sul do tipo *backbone* permitirá aumentar a capacidade de fornecimento de energia doméstica, e, acima de tudo, potenciar a distribuição para países vizinhos, como o Botswana, Malawi e Zimbabwe.

Em Cahora Bassa, da produção gerada na central hidroeléctrica, 900 MW são consumidos pela fundição de alumínio Mozal e só os restantes 400-450 MW são distribuídos pelo resto do país. Daí que o plano estratégico no horizonte de 2017 esteja alicerçado em 5 projectos que aumentem significativamente a produção: reforço em 50% de Cahora Bassa (para 2 925 MW), com o importante contributo americano (mais de 400 milhões de dólares), uma nova central de 6 000 MW na província de Tete e uma outra de 2 400 MW associada à hidroeléctrica de Mpanda Uncua, no rio Zambeze.

Mais informações em:

www.hormann.pt

Tel.: + 351 21 910 88 30 • Fax.: + 351 21 910 88 39

sórcio Trans-African Concessions, garantiram o contrato de concessão da auto-estrada que liga Maputo à República da África do Sul, enquanto o consórcio liderado pelos ingleses da Merseyside Docks, e participado por empresas sul-africanas, suecas, portuguesas e moçambicanas, é o concessionário do porto de Maputo, cujo volume de tráfego de mercadorias deverá superar os 8 milhões de toneladas/ano.

Além destes investimentos assentes na conectividade com o exterior e na articulação dos vários modos de transporte, Moçambique tem, em curso, outro programa fundamental para avançar na coesão territorial. A recuperação de eixos rodoviários centrais, como os de Maputo/Beira; Beira/Quelimane; Quelimane/Nampula; Nampula/Nacala/Ilha de Moçambique; Nampula/Cabo Delgado; e Beira/fronteira com o Zimbawe, é uma prioridade do Programa Integrado do Sistema de Estradas (PRISE), iniciado em 2007.

A entrada de capitais privados nas infra-estruturas portuárias alimenta o potencial de desenvolver o transporte marítimo costeiro entre os principais portos, ainda que apenas Maputo usufrua de condições para navios de maior porte. No norte e centro,

portuária portuguesa, o potencial de Moçambique na área energética, mormente no carvão e no gás, poderá ter em Portugal uma porta de escoamento para a Europa determinante. A maior parte do carvão e do gás que chega actualmente a Portugal via porto de Sines é originário da Colômbia, da África do Sul e da Nigéria. Nada impede que num futuro próximo o carvão e o gás moçambicanos também viajem até Sines, o que reforçará o papel estratégico que este porto português detém na rota mundial da energia.

COOPERAÇÃO ENTRE OCEANOS

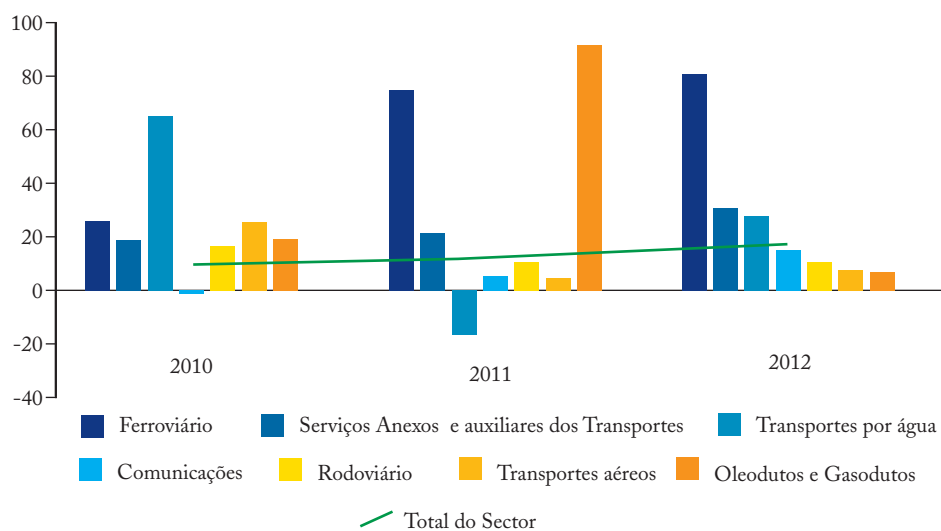
O porto de Sines tem o potencial necessário para tornar Portugal a 'porta' do Atlântico, permitindo a entrada e saída de mercadorias com destino a outros continentes. O porto funciona já como um enorme *hub* que, graças aos terminais especializados, opera com navios transcontinentais e movimentação de cargas tão diversas como grãos líquidos, grãos sólidos, carga geral, LNG (gás natural liquefeito) e contentores. Actualmente é mesmo o principal porto português em termos de volume de carga movimentada e de exportações, posição que poderá consolidar-se ainda mais aquando



Porto de Sines

Transporte ferroviário a grande velocidade em 2012

Taxas de crescimento anual em %



Fonte: Proposta PES 2012

os portos são de cabotagem, à excepção da Beira, em que está em estudo a construção de um porto de águas profundas, tal como em Matutuine, na província de Maputo, que será determinante no escoamento do carvão para exportação. Por sua vez, a crescente e recente enfoque nos sectores mineiro e agrícola são impulsos para o desenvolvimento dos aeroportos de Moçambique, incluindo a construção de um novo terminal internacional em Maputo.

COMPETÊNCIA PORTUGUESA É TRUNFO

As empresas portuguesas do cluster dos transportes, em particular na área da ferrovia, construção naval e cabotagem, podem ter um papel a desempenhar no investimento neste sector. O conhecimento técnico e a ampla experiência e competência dos portugueses são mais-valias decisivas na hora de aproveitar as oportunidades. E não é só ao nível do investimento; no domínio da cooperação há exemplos críticos, como é o da Formação no que respeita à manutenção de infra-estruturas. A parceria entre os portos de Sines e de Nacala é disso ilustrativo. Como sublinham os responsáveis pela gestão da infra-estrutura

da concretização do anunciado alargamento do Canal do Panamá, pois tem todas as condições para receber os maiores *megacarriers* do mundo que passarão a atravessar aquele que é uma das mais emblemáticas obras de engenharia do planeta.

A ligação ferroviária Sines/Espanha, além de reforçar a competitividade desta infra-estrutura portuária, é também de importância estratégica para Portugal, pois permitirá o tráfego de mercadorias para o resto da Europa. Em especial quando as estimativas de procura do porto de Sines apontam para o aumento da carga contentorizada, sobretudo devido à sua localização no cruzamento das principais rotas marítimas do Atlântico (Norte/Sul e Este/Oeste) e da sua proximidade ao principal centro de consumo do país.

A ferrovia representa hoje cerca de 90% da tonelagem movimentada no porto de Sines, relação que se tem mantido ao longo dos últimos anos, apesar do forte crescimento do segmento de carga contentorizada. Algo que pode ser um factor de referência para o desenvolvimento de Moçambique, apoiado na articulação ferro-marítimo-portuária. ■ FÁTIMA AZEVEDO

Lídia Sequeira, Presidente do Conselho de Administração do Porto de Sines

“MOÇAMBIQUE TEM POTENCIAL PARA SE TORNAR UM DOS PRINCIPAIS FORNECEDORES DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS A PORTUGAL”



O Porto de Sines segue com especial atenção o desenvolvimento de Moçambique. A evolução dos principais índices do país tem sido notável e as previsões do crescimento do PIB para 2011 e 2012, acima dos 7%, são muito interessantes.

A exploração dos recursos naturais moçambicanos, nomeadamente de combustíveis fósseis como o carvão e o gás natural, desperta evidente atenção a um porto com uma componente energética tão elevada como a de Sines: é o principal porto de entrada de carvão e gás natural no país.

Os investimentos de médio e longo prazo em curso nestes sectores vão dotar Moçambique de condições para se tornar um dos principais produtores e exportadores de carvão e gás a nível mundial. Portugal, através do Porto de Sines, poderá ter um papel importante a desempenhar quer enquanto cliente (actualmente os principais países de origem do carvão são a Colômbia e a África do Sul) quer no armazenamento e no transporte destes combustíveis para a Europa ou mesmo para outros continentes. No gás natural, Moçambique pode passar a ser um importante fornecedor deste produto energético a Portugal, através do único terminal especializado existente no país, localizado no Porto de Sines, visto que actualmente cerca de 90% deste produto, transportado por navio para Portugal, é originário da Nigéria.

O Porto de Sines tem vindo a apostar fortemente no desenvolvimento dos fluxos de carga contentorizada com as mais variadas zonas do globo e África é dos continentes que apresenta uma grande capacidade de evolução. Moçambique, pelos índices de crescimento, pelo potencial económico e pelo relacionamento histórico, surge como um dos países-chave no estabelecimento de serviços regulares entre este Porto e o continente africano. Nesse sentido, o Porto de Sines acompanha com grande interesse os investimentos que estão a ser realizados no sector marítimo-portuário e que têm em vista dotar o país de infra-estruturas capazes de acompanhar a evolução positiva da economia, nomeadamente por as dotarem das capacidades necessárias para darem resposta às exportações das matérias-primas referidas. Exemplo disso é o estabelecimento de um protocolo com o Porto de Nacala, que, à semelhança de Sines, é um porto de águas profundas com elevada conectividade ferroviária.

Moçambique é também encarado como uma 'janela de oportunidades' para as empresas de Sines. O elevado índice de crescimento, acrescido de um grande potencial na área da logística, marítimo-portuária e indústria, apresenta um quadro perfeito para o perfil das empresas da região de Sines, não esquecendo que se trata de um país da CPLP. Criar um elo de ligação entre o Porto de Sines e os Portos de Maputo, Beira e Nacala, seria criar uma ligação empresarial fundamental para ambos os países e particularmente feliz para a região de Sines.

() informação da Ficha Síntese de Moçambique da aicep Portugal de Mercado consultada em 18-11-2011 em www.portugalglobal.pt NOTA: título, entrada e edição de texto da responsabilidade dos Editores.



**É BOM PODER CONTAR
COM UM BANCO,
E NÃO APENAS FAZER
CONTAS COM ELE.**

Para nós, ser excelente é muito mais do que ser bom. Ser excelente é trabalhar todos os dias para oferecer os melhores serviços, os melhores produtos, as melhores soluções financeiras e o melhor atendimento para os nossos clientes.

Se você também quer sempre mais e melhor, venha ao Moza Banco e seja cliente de um banco que é excelente para si.



MOZA BANCO
PARCEIRO GRUPO BES

*excelente
para mim*

www.mozabanco.co.mz
contact center: +258 21 480 800

As pontes que ligam Moçambique

Alianças estratégicas potenciam crescimento das construtoras portuguesas



Depois da construção da Ponte Armando Emílio Guebuza, fulcral na ligação entre o norte (Zambézia) e o sul (Sofala) do país, as portuguesas Mota-Engil/Ascendi, Soares da Costa e Opway venceram o concurso internacional para a construção e concessão da exploração da nova ponte sobre o Rio Zambeze, em Tete.

O contrato, adjudicado ao consórcio Estradas do Zambeze ainda em 2010 e orçado em cerca de 105,3 milhões de euros, inclui não só a construção da ponte e concessão da exploração pelo período de 20 anos, como a reabilitação de várias infra-estruturas rodoviárias - estrada que liga Benga à cidade de Moatize, auto-estrada Zimbabwe-Tete-Malawi, as estradas entre Cassacatiza (junto à fronteira com a Zâmbia) a Tete e Mussacama a Calomue - e a operação e manutenção da ponte Samora Machel, cerca de cinco quilómetros a montante do local em que está a ser construída a nova obra de arte.

O volume de negócios da área de engenharia e construção da Mota-Engil em Moçambique situou-se em 16 e 58 milhões de euros em 2009 e 2010, respectivamente, e, de acordo com um comunicado da empresa, as perspectivas de crescimento mantêm-se também em 2011.

Perspectivas essas que estão alinhadas “com o forte compromisso do Grupo Mota-Engil para com o desenvolvimento do país, evidenciado pelo crescente investimento que o Grupo vem realizando em áreas de actividade tão diversas como a engenharia e construção, ambiente e logística, bem como em concessões de transportes, através da participação da Ascendi na concessão da Ponte de Tete.

À semelhança de 2010, também em 2011 o mercado moçambicano será um dos mercados internacionais onde se registarão maiores taxas de crescimento da actividade no Grupo Mota-Engil, a par da Polónia e Peru, reforçando-se assim a concretização da visão estratégica definida no Plano Estratégico “Ambição 2013”, que determina o reforço da presença internacional nos mercados *core* das regiões de África, Eu-

ropa Central e América Latina”, avança a empresa.

Um dos projectos com maior notoriedade para o grupo Mota-Engil foi o da construção da Vila Olímpica, complexo habitacional que albergou os cerca de seis mil atletas, treinadores e técnicos dos países que participaram nos X Jogos Africanos, que se realizaram no país em Setembro. Além dos 106 edifícios, com um total de 843 apartamentos, instalados num terreno com 15 hectares, o complexo detém ainda duas piscinas, uma de competição e outra para treinos. Já este ano a Mota-Engil iniciou a execução do contrato que lhe tinha

Também as PME portuguesas do sector estão a investir no país

do total do volume de negócios do Grupo. A par das infra-estruturas rodoviárias e das obras de arte de engenharia, a Soares da Costa tem tido uma actividade constante na construção e reabilitação de edifícios. O mais recente e mediático projecto do grupo é o da construção do Maputo Business Tower, um edifício de 47 andares que, quando estiver pronto, em 2013, se tornará o primeiro arranha-céus da capital e destronará o ‘Edifício 33 Andares’ da posição cimeira que ocupa no horizonte da cidade. O Maputo Business Tower, cujo investimento ronda os 84 milhões de euros e é financiado por capitais israelitas, terá

OUTROS PROJECTOS ESTRUTURANTES

A Soares da Costa, por sua vez, anunciou que no primeiro trimestre deste ano o seu volume de negócios no país cresceu 4,5 vezes (447,9%), comparando com o período homólogo de 2010, tendo atingido os 20.086 milhões de euros. “Este resultado, aliado ao crescimento do volume de obras nos Estados Unidos da América em 38,2%, contribuiu significativamente para que a companhia compensasse a queda de 28% no volume de negócios verificado no mercado português no período em análise, face a igual período do ano passado”, explica o relatório de actividade da Soares da Costa relativo ao primeiro trimestre de 2011. De acordo com o documento, o mercado moçambicano representa já 10%

do total do volume de negócios do Grupo. A par das infra-estruturas rodoviárias e das obras de arte de engenharia, a Soares da Costa tem tido uma actividade constante na construção e reabilitação de edifícios. O mais recente e mediático projecto do grupo é o da construção do Maputo Business Tower, um edifício de 47 andares que, quando estiver pronto, em 2013, se tornará o primeiro arranha-céus da capital e destronará o ‘Edifício 33 Andares’ da posição cimeira que ocupa no horizonte da cidade. O Maputo Business Tower, cujo investimento ronda os 84 milhões de euros e é financiado por capitais israelitas, terá

33 andares para escritórios, um centro comercial de dois pisos com espaços para entretenimento, restauração e um spa e cinco pisos exclusivos para estacionamento. No terraço do topo do edifício haverá uma pista para a aterragem de helicópteros.

Em parceria com a Opway, a Soares da Costa está também envolvida no projecto de concepção e reabilitação de uma extensão de 135 km da Estrada Nacional 211, entre Caniçado e Chicualacuala, na Província de Gaza. O contrato abrange ainda trabalhos de movimento de terras, obras de arte correntes, drenagem, revestimentos superficiais, sinalização e guardas de segurança. Moçambique tornou-se igualmente um mercado estratégico para a Opway, que está a executar diversas empreitadas um pouco por todo o país. A par das já mencionadas nova ponte de Tete e da EN 211, salientam-se a ponte de Mocimboa da Praia - Namoto, a empresa foi uma das participantes nos estudos de projecto, viabilidade e construção do terminal de carvão do Porto de Nacala (destinado ao escoamento de carvão da brasileira Vale) e no projecto da Barragem Moamba Major. As perspectivas de projectos para 2011 incluem obras públicas nos sectores da energia e águas, saneamento, transportes e habitação.

PME ATENTAS ÀS OPORTUNIDADES

Não são apenas os grandes grupos do sector da construção civil e obras públicas portuguesas que estão a investir (ou a reinvestir) no mercado moçambicano. Empresas como a Gabriel Couto, Conduril, MonteAdriano, FDO - ABB, Zagope ou, mais recentemente, o grupo Casais, entre outras, atribuem cada vez maior relevância ao país na consolidação das respectivas estratégias de internacionalização.

A Casais Engenharia e Construção entrou no país no início do ano e dez meses depois entregava a sua primeira obra, o edifício sede do Banco Único, contrato que lhe valeu perto de 3,7 milhões de euros (ou cerca de cinco milhões de USD). De acordo com uma nota divulgada pela empresa, o objectivo é terminar o exercício de 2011 com uma facturação próxima dos sete milhões de USD. Com o volume de obras em carteira no país a crescer, os responsáveis da Casais esperam que no próximo ano Moçambique pese já cerca de 15% no volume global de negócios no exterior (que em 2010 se cifrou perto de 90 milhões de euros).

A Gabriel Couto, através da Construções Gabriel A.S. Couto Lda., está no mercado moçambicano ininterruptamente desde os anos noventa do século XX e tem apostado fundamentalmente na reabilitação e construção de infra-estruturas. No início deste ano a empresa anunciou uma carteira de obras no valor de 35 milhões de euros e estimativas de facturação próximas dos 20 milhões de euros. A par de projectos em parceria com outras empresas portuguesas no terreno, a construtora celebrou uma aliança com duas construtoras chinesas que já deu resultados: o consórcio venceu o contrato de empreitada de reconstrução de 348 km da estrada Nampula-Cuamba, obra orçada em 191 milhões de euros.

Outra indefectível do país desde os anos noventa é a MonteAdriano, que se associou a parceiros moçambicanos e constituiu uma empresa de direito local em 2010. Este ano “a empresa ganhou dois dos lotes da construção de uma estrada na província de Gaza. A primeira obra está avaliada em 26,2 milhões de euros e a segunda em 38,4 milhões de euros. A empresa ganhou ainda uma terceira obra no país, embora em consórcio, no valor de 35,2 milhões de euros” avança em comunicado a Monte-Adriano.

A Zagope, por sua vez, tem vindo a intensificar o seu investimento no continente africano e Moçambique é um dos países abrangidos: além do contrato para a construção de uma estrada com 230 km de extensão (Mueda - Mocimboa da Praia - Namoto), a empresa foi uma das participantes nos estudos de projecto, viabilidade e construção do terminal de carvão do Porto de Nacala (destinado ao escoamento de carvão da brasileira Vale) e no projecto da Barragem Moamba Major. As perspectivas de projectos para 2011 incluem obras públicas nos sectores da energia e águas, saneamento, transportes e habitação.

■ CRISTINA CASALEIRO

Banca fomenta parcerias luso-moçambicanas

O mercado financeiro moçambicano conta com uma forte presença portuguesa. Millennium bim, BCI, Moza Banco e, mais recentemente, o Banco Único e o BNI evidenciam as boas relações entre os dois países

O sistema bancário constitui um importante alicerce para o crescimento de qualquer economia. Daí que nos últimos anos se tenha verificado uma forte aposta no sector bancário em Moçambique, o qual tem registado níveis de crescimento consideráveis.

Portugal é, actualmente, o maior investidor em Moçambique, ocupando uma posição importante no sector da banca. Segundo o Governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove, a economia moçambicana “oferece aos bancos portugueses todas as garantias de rentabilidade e repatriamento de dividendos e lucros”. Por isso não é de estranhar que a presença do capital português na banca moçambicana abranja vários bancos, entre eles, o maior banco de Moçambique, o Millennium bim, detido em 54% pelo Millennium BCP. A operar há 16 anos, a instituição continua a liderar a lista dos maiores bancos comerciais no país e já atingiu a marca de um milhão de clientes. O Millennium bim, que aposta na banca de retalho, conta actualmente com 135 agências espalhadas pelas províncias moçambicanas e a curto prazo pretende abrir 12 novos locais de atendimento, seguindo os seus planos de investimento e de expansão. Não obstante, ocupa a 77ª posição, na mais recente lista dos maiores bancos de África por capital, publicada pela revista African Business, com um

capital de 152 milhões de USD. Também a operar há vários anos no país, 15 precisamente, está o Banco Comercial e de Investimentos (BCI). Fundado por um grupo empresarial moçambicano, conta actualmente na sua estrutura accionista com um parceiro moçambicano, que detém 20% do capital e dois grupos bancários portugueses, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), com 51% do capital, e o Banco Português de Investimentos (BPI), com 30%. A segunda maior instituição financeira do país, com uma quota de mercado superior a 30%, totalizou, em 2010, um activo líquido de 47,09 mil milhões de meticais, o que corresponde a um aumento homólogo de 36%, sendo que a carteira de crédito ascendia a 30,13 mil milhões de meticais. Além disso, a sua rede comercial aumentou 33% com a abertura de 24 agências e Centros BCI Corporate, tendo a carteira de clientes registado um crescimento de 84%, de

acordo com um comunicado divulgado pela instituição.

Recentemente foi premiada com o “Prémio Olho de Diamante pela Qualidade e Excelência”, atribuído pela Otherways Management Association & Consulting (OMAC). Este prémio junta-se a outros oito que o BCI já recebeu desde que iniciou actividade, entre os quais se destaca o “Best Commercial Bank in Mozambique”, atribuído pela World Finance, uma das mais prestigiadas publicações mundiais da especialidade.

Quem também fez uma forte aposta na banca moçambicana foi o Banco Espírito Santo (BES), que em 2010, através da sua participada BES África, formalizou a compra de 25,1 por cento do banco moçambicano Moza Banco (ver texto da pág.

14), originando um aumento de capital de 11,5 milhões de USD para 16,5 milhões de USD. O BES junta-se assim a outros dois accionistas, o grupo Moçambique Capitais, com 50,4%, e a Geo Capital, constituída por capitais portugueses, que detém 24,5% do banco. Com uma carteira de cerca de dois mil clientes e com um registo de dois mil milhões de depósitos e 1,6 mil milhões em crédito, a instituição bancária emprega actualmente sessenta colaboradores. Reflectindo a evolução evidenciada em 2010, o Moza Banco conquistou dois prémios na edição do estudo das “100 Maiores Empresas de Moçambique 2010”.

A provar que o mercado moçambicano está em crescimento e que o seu potencial de desenvolvimento é atractivo para os empresários portugueses, o grupo Amorim e a Visabeira criaram o Banco Único, detido por accionistas lusos e moçambicanos e com um capital social inicial de 20 milhões de USD. Inaugurado no final de Agosto, é liderado por João Figueiredo, e posiciona-se no segmento da banca de retalho.

Também o banco luso-moçambicano BNI (Banco Nacional de Investimentos), espera começar a funcionar ainda este ano, com um capital social de 15 milhões de dólares, um valor aquém dos 500 milhões inicialmente previstos. O banco envolve os governos de Moçambique e de Portugal, sendo o capital repartido entre a Caixa Geral de Depósitos e o Estado de Moçambique.

■ ANDREIA SEGURO SANCHES



INVESTIMOS COM A SOFID

O mercado moçambicano representa quase 50% das operações da Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição de Crédito S.A. (SOFID). Daí que esta instituição financeira portuguesa tenha criado o Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique - InvestimoZ, dotado de 94 milhões de euros.

“A SOFID, como banco de apoio à internacionalização sustentada das empresas portuguesas, tem sido bastante solicitada, actuando de forma complementar à oferta existente no mercado. A criação do InvestimoZ veio acrescentar um novo instrumento de capital de risco ao leque de produtos e serviços que a SOFID já disponibilizava aos seus clientes” garantiu, Diogo Gomes de Araújo, CEO da SOFID.

O InvestimoZ destina-se a todos os sectores estruturantes da economia moçambicana, com mais-valias para a economia e o tecido empresarial moçambicano, dando particular atenção às energias renováveis, ao agro-industrial, à indústria extractiva, às infra-estruturas, ao turismo e ao comércio e serviços.

Recentemente foi anunciada a primeira operação de investimento deste fundo. Trata-se de um projecto de um milhão de euros, no sector industrial, que prevê a criação de 40 postos de trabalho e a qualificação de mão-de-obra moçambicana. “O InvestimoZ cumpre, assim, pela primeira vez o seu mandato, contribuindo, através da participação numa empresa moçambicana, para o desenvolvimento do sector privado local. Além desta primeira operação, existem ainda 10 intenções de investimento.

Um Mundo de Inspiração



Presente em Moçambique desde 1994, o Grupo Mota-Engil é responsável pela realização de grandes projectos em diversas áreas, nomeadamente engenharia, construção, ambiente e serviços e concessões de transportes.

A visão do Grupo assenta numa estratégia clara de crescimento, internacionalização e diversificação das suas actividades, vertida no seu plano estratégico “Ambição 2013”, integrando um conjunto alargado e multi-sectorial de negócios com níveis de desempenho alinhados com as melhores práticas internacionais e de mercado.

Criar valor, crescendo e diversificando de forma sustentada, constitui o desígnio estratégico do Grupo Mota-Engil procurando assim trilhar com sucesso os caminhos do futuro.



GRUPO
MOTA-ENGIL

www.mota-engil.pt

Moza Banco e os desafios do sistema financeiro

Nos últimos anos, Moçambique tem beneficiado da localização estratégica, enquanto plataforma de entrada nos mercados da SADC, sendo o seu modelo económico encarado como um dos mais expressivos casos de sucesso entre as economias africanas

A estabilidade macroeconómica tem sido uma das condições básicas para a promoção do crescimento económico e elevação do nível de confiança dos investidores nacionais e internacionais em Moçambique.

Se em 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um crescimento real na ordem dos 6,8% - uma das expansões mais acentuadas na África subsariana - para o período compreendido entre os anos 2011 a 2016 o crescimento deverá apresentar um ritmo sustentado acima de 7,2% ao ano. Esta aceleração do ritmo da economia fica a dever-se aos avanços promovidos pelo investimento directo estrangeiro (através dos conhecidos mega-projectos, em especial no sector extractivo) e à clara aposta do governo moçambicano na continuidade da estabilidade macroeconómica, através da promoção de um crescimento económico sustentável e abrangente, centrado nos Distritos, através da transferência de tecnologias, investigação e inovação.

Instando a analisar o sector financeiro moçambicano, José Pinto Ribeiro, administrador executivo do Moza Banco, considera que este desempenha um papel decisivo na consolidação do crescimento económico de médio e longo prazo em Moçambique, sendo considerado um elemento essencial para a sua sustentabilidade.

“O sector bancário em Moçambique é caracterizado por um elevado nível de concentração de quota de mercado num número relativamente pequeno de instituições. Como se sabe, cerca de 85% dos activos bancários estão concentrados em três instituições, mas o Moza Banco não considera esse facto como uma ameaça, mas sim como uma oportunidade.

O Moza Banco está a crescer. Temos em marcha um ambicioso plano de expansão da rede de unidades de negócio do banco, com especial ênfase nos segmentos de empresas, private e affluent que nos permitirá, no decurso dos próximos meses, atingir uma presença a nível nacional”, afirmou Pinto Ribeiro.

Recorde-se que o Moza Banco é uma insti-

tuição financeira moçambicana detida maioritariamente pela Moçambique Capitais e que, desde Janeiro de 2011, tem no Banco Espírito Santo um novo parceiro estratégico para o desenvolvimento e consolidação da presença no mercado moçambicano.

“Como administrador, nomeado pelo Banco Espírito Santo, é com enorme expectativa que observo o desenvolvimento do sistema financeiro moçambicano e, em particular, do sistema bancário. Considero que a parceria estratégica com o Banco Espírito Santo irá potenciar o posicionamento do Moza Banco no universo do sistema bancário do país, com especial enfoque no segmento Corporate e designadamente junto das pequenas e médias empresas nacionais. No Moza Banco buscamos a implementação de uma estratégia que permita realçar a ligação ao empreendedorismo, à inovação e ao crescimento de competências no mercado moçambicano. Estamos convictos que seremos bem-sucedidos e isso só será possível com um forte desenvolvimento económico e social em Moçambique”, reiterou Pinto Ribeiro.

Numa perspectiva de médio-longo prazo o Moza Banco pretende-se impor no sistema bancário nacional suportado numa proposta de valor para os seus *stakeholders* baseada em 4 pilares estruturais.

São estes a oferta integrada de produtos, serviços e soluções que responda, de uma forma continuada e em constante melhoria, às necessidades dos seus clientes; os elevados níveis de eficiência no processamento de operações, sustentado numa moderna arquitectura organizativa e processos de negócio; a forte componente tecnológica de suporte ao desenvolvimento da actividade, recorrendo às melhores soluções existentes no mercado em cada área em particular; e a constante valorização e promoção da sua estrutura de recursos humanos, suportado em programas contínuos de formação que visam a formação de quadros moçambicanos nestas áreas.

Pedra central da estratégia de desenvolvimento da actividade do Moza Banco tem sido a expansão da sua rede comercial: “Até ao final do ano iremos contar com sete agências Moza Banco, duas das quais fora de Maputo: Tete e Nampula. É o início de um processo de expansão a nível nacional que culminará no final do próximo ano com a cobertura por parte do Banco da totalidade das capitais de província moçambicanas”, conclui Pinto Monteiro.

■ TEXTO MOZA BANCO

MOÇAMBIQUE COMPANHIA DE SEGUROS, SA

Uma aposta na inovação e no crescimento do sector

Quem olhar com alguma atenção para o mercado moçambicano notará rapidamente características muito próprias e diversas, à semelhança do que é a realidade do país

Moçambique tem vivido na última década um robusto crescimento económico, com uma média anual de cerca de 6,5% e uma taxa de inflação a rondar os 5,4%. Nesta conjuntura, o Estado é o maior empregador, seguido do sector informal. No entanto, e apesar de algumas melhorias, o ambiente geral de negócios continua a restringir o crescimento económico, cujas possíveis causas residem num sector público pesado, na burocracia e na elevada carga fiscal.

A área financeira é dominada pela Banca, sendo o sector segurador, comparativa-

mente, de pequeno porte. O mercado de capitais é diminuto e dominado pela oferta de títulos da dívida pública e acções de um número muito reduzido de empresas.

É neste contexto que evolui o mercado segurador, com uma penetração ainda muito baixa, cerca de 1% do PIB, embora nos últimos três anos tenha crescido ao nível dos dois dígitos.

A entrada em vigor, durante o primeiro trimestre de 2011, da nova Lei do Contrato de Seguros, veio dar um forte impulso à normalização e modernização da actividade, num mercado de pequenas dimensões mas fortemente competitivo.

Actualmente, operam em Moçambique

sete companhias de seguros e uma resseguradora, o que prefigura, no médio prazo e se atendermos à dimensão do mercado, alguma movimentação ao nível de fusões e aquisições, já que irá ser necessário o redimensionamento do mesmo.

A Moçambique Companhia de Seguros, SA (MCS, SA) iniciou a actividade em Junho de 2001, tendo sido a quarta seguradora privada de direito moçambicano a operar, após a abertura do sector à iniciativa privada.

Com sede em Maputo e balcões na capital, Matola e cidade da Beira, é hoje uma seguradora de referência, reconhecida no mercado pela qualidade da oferta de produtos, rigor e competência de serviço.

A seguradora comercializa todo o tipo de seguros do ramo Não-Vida, tendo também como objectivo prioritário, para o ano de 2012, iniciar a actividade no Ramo Vida. Para além desta aposta, a seguradora prepara-se para o lançamento de novos produtos,

destinados ao mercado de particulares e pequenas e médias empresas, alvos identificados como preferenciais no desenvolvimento da actividade comercial da Companhia e nos quais é bastante competitiva. Uma vez que Moçambique está inserido no mercado da África Austral, a MCS, SA tem procurado, ao longo da sua actividade, adaptar e personalizar os seus produtos no âmbito desta realidade. Paralelamente, pretende tornar-se a seguradora de referência não só da comunidade portuguesa (particulares e empresas), mas também oferecer produtos competitivos e capazes de atingir outros nichos de mercado.

Enquanto empresa com forte dinâmica de crescimento, a MCS, SA procura acompanhar o desenvolvimento do mercado segurador moçambicano, ao pretender ser um parceiro preferencial para todos aqueles que continuam a contribuir para a afirmação económica de Moçambique.

■ TEXTO MCS, SA



CINNPOR

CIMENTO

**A PARTIR DAS NOSSAS FÁBRICAS DE MATOLA
(SUL), DONDO (CENTRO) E NACALA (NORTE)
PRODUZIMOS CIMENTO PORTLAND
TIPO II CLASSES 42,5 E 32,5**



Sede: Av. 24 de Julho, nº7 • 9° e 10° • C.P. 270-Maputo
Tel.: +258 21 482 500 / 487 870 / 487 871
Cel.: +258 823 180 390 • Fax: +258 21 487 867 / 487 868

INVESTIMENTO ESTRUTURANTE GRUPO PORTUCEL SOPORCEL

Mega projecto industrial e florestal

Os números impressionam pela sua grandeza e impacto no PIB e no volume das exportações do país: desde 2010 e até 2025, o Grupo Portucel Soporcel projecta investir um total de 2,3 mil milhões de USD em Moçambique

O Grupo português estima que, quando em laboração, o valor anual das exportações de pasta de papel da Portucel em Moçambique atinja os 800 milhões de USD, o equivalente a 25% do total do valor das exportações do país em 2008.

Entre floresta e unidade industrial, o projecto irá criar 7500 postos de trabalho directos e induzirá ao aparecimento de muitos mais nas comunidades locais. Implicará também a produção e injeção de energia na rede eléctrica nacional (estima-se cerca de 250Gwh/ano) a partir de biomassa,

para além da necessária para uso próprio, bem como a construção de novas estradas e beneficiação de existentes e, ainda, a criação de uma rede de prevenção de incêndios. No total, a rede viária a construir e a beneficiar chega aos 2980 km.

“Este tipo de indústria não é deslocalizável, implica um compromisso de longo prazo com o desenvolvimento do país. A confiança mútua é indispensável”, defende uma fonte do Grupo Portucel Soporcel.

As várias vertentes da sustentabilidade do projecto e a responsabilidade social para com as comunidades locais e restantes partes interessadas estão patentes no projecto

autorizado pelo Conselho de Ministros em Dezembro de 2009. O Grupo Portucel Soporcel irá apoiar o desenvolvimento da agricultura de rendimento para os seus trabalhadores e populações locais e promover a actividade de investigação e formação em instituições universitárias das áreas de agronomia e engenharia. O objectivo é o de contribuir para a formação de recursos humanos indispensáveis para o seu próprio funcionamento e ao mesmo tempo viabilizar a transferência de tecnologia de ponta nos sectores florestal e industrial e nos de prevenção e apoio ao combate aos incêndios.

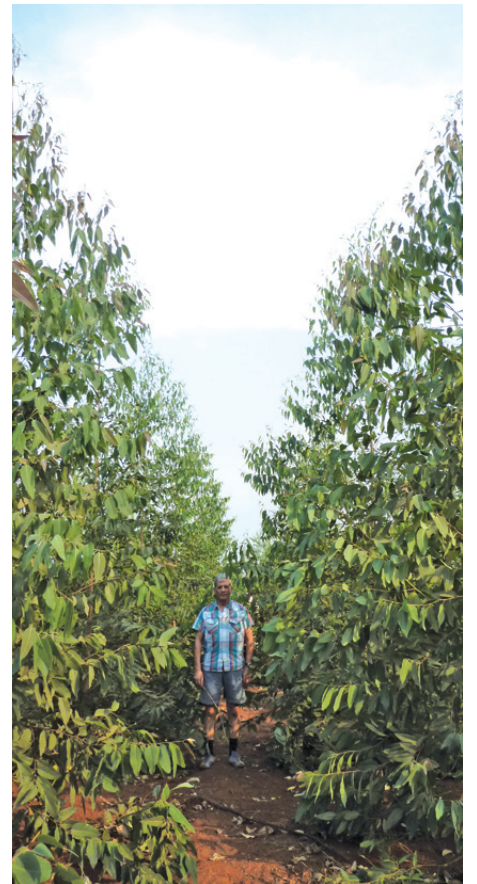
GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO PROJECTO

Actualmente, e de acordo com uma fonte do Grupo Portucel Soporcel, o projecto encontra-se na Fase I: estão a decorrer os ensaios para selecção dos melhores materiais vegetais do género eucalipto e comprovação do respectivo potencial produtivo. Os ensaios decorrem nas províncias de Manica e Zambézia e envolvem mais de 50 materiais de origens diversas. Paralelamente, decorre o processo de consolidação da atribuição dos direitos de uso e aproveitamento da terra (DUAT) num total de cerca de 400.000 hectares, 270.000 hectares para plantações de eucalipto e 130.000 para agricultura, quer para as comunidades locais quer para efeitos ambientais.

Segundo uma fonte do Grupo Portucel Soporcel, esta fase é “decisiva para a obtenção das garantias de financiamento, aspecto fundamental para a execução de um projecto 2,3 biliões de dólares norte-americanos, como é o caso do Projecto Portucel Moçambique.”

A Portucel Moçambique é detida integralmente pelo Grupo Portucel Soporcel mas a autorização dada pelo Governo prevê a possibilidade de entrada de investidores moçambicanos, nomeadamente de entidades institucionais. A entrada de investidores nacionais é encarada pelo grupo português como “altamente desejável, dadas as características específicas do projecto. É por essas mesmas características que o Grupo Portucel Soporcel tem vindo a desenvolver contactos com instituições multilaterais de apoio ao desenvolvimento para o financiamento do projecto, de que é exemplo a IFC, do grupo Banco Mundial.

■ CRISTINA CASALEIRO



OS PRINCIPAIS IMPACTOS

- Investimento 2010 a 2025: 2,3 mil milhões de USD: 0,55 milhões nas áreas florestais e 1,75 milhões na área industrial.
- Emprego: 7.500 postos de trabalho directos e um número muito mais elevado de postos de trabalho induzidos.
- Exportações da produção de pasta de papel: 800 milhões de dólares por ano (perto de 25% do valor registado das exportações moçambicanas em 2008).
- Energia: injeção na REN > 250 Gwh/ano, para além do consumo para uso próprio.
- Efeitos multiplicadores no tecido industrial e agrário: criação de centenas de pequenas e médias empresas → desenvolvimento do tecido empresarial em Moçambique.
- Responsabilidade social: apoio ao desenvolvimento da agricultura de rendimento para os seus trabalhadores e para as populações locais.
- Promoção da actividade de investigação e formação nas instituições universitárias, contribuindo assim para formação de recursos humanos locais indispensáveis ao seu funcionamento.
- Viabilização de transferências tecnológicas de ponta nos sectores florestal e industrial e na prevenção e apoio ao combate aos incêndios florestais.
- Não é uma indústria deslocalizável: implica um compromisso de longo prazo com o desenvolvimento de Moçambique. A confiança mútua é indispensável.

O ENGENHO E A ARTE DE CONSTRUIR O FUTURO!
BUILDING THE FUTURE WITH ART AND CRAFT!



INTERNACIONALIZAÇÃO
INTERNATIONALIZATION
DESDE · SINCE 1994

